

O trabalho humanizado do enfermeiro no cuidado à pessoa idosa dependente

The humanized work of nurses in care for the dependent older adult

El trabajo humanizado del enfermero en el cuidado a la persona mayor dependiente

Cleusa Aparecida de Oliveira da Cruz¹
Marli de Oliveira Costa (Orientadora)

RESUMO

O envelhecimento populacional representa uma expressiva transformação demográfica, demandando adequações nas práticas de saúde voltadas à pessoa idosa dependente. O presente estudo objetivou analisar a importância do trabalho humanizado do enfermeiro no cuidado à pessoa idosa dependente, destacando suas contribuições para a assistência integral e a dignidade do paciente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, conduzida por meio de revisão integrativa da literatura nas bases SciELO, LILACS, PubMed e BDENF. Os achados demonstram que a humanização constitui um componente estrutural do cuidado, indo além do cumprimento de procedimentos técnicos ao articular escuta ativa, empatia, acolhimento e vínculo terapêutico. Verificou-se que abordagens humanizadas promovem maior adesão ao tratamento, redução da ansiedade e melhoria da qualidade de vida. Conclui-se que o enfermeiro desempenha papel central na operacionalização do cuidado humanizado, integrando saberes técnicos e relacionais para responder de forma ética às demandas da transição demográfica.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional, Humanização, Enfermagem, Pessoa idosa dependente.

ABSTRACT

Population aging represents an expressive demographic transformation, demanding adaptations in health practices aimed at dependent older adults. This study aimed to analyze the importance of humanized nursing care for dependent older adults, highlighting its contributions to comprehensive care and patient dignity. This is a qualitative, exploratory-descriptive literature review conducted through an integrative review in the SciELO, LILACS, PubMed, and BDENF databases. The findings demonstrate that humanization constitutes a structural component of care, going beyond technical procedures by integrating active listening, empathy, welcoming, and therapeutic bonding. Humanized approaches promote greater treatment adherence, reduced anxiety, and improved quality of

¹Bacharelado em Enfermagem. Instituição de formação: Faculdade Cristo Rei
Endereço: Cornélio Procópio – Paraná, Brasil. E-mail: cleooliveira0419@gmail.com

life. It is concluded that nurses play a central role in operationalizing humanized care, combining technical and relational knowledge to respond ethically to demographic changes.

Keywords: Population aging, Humanization, Nursing, Dependent older adult.

RESUMEN

El envejecimiento poblacional representa una transformación demográfica significativa, que exige adaptaciones en las prácticas de salud dirigidas a la persona mayor dependiente. El presente estudio tuvo como objetivo analizar la importancia del trabajo humanizado del enfermero en el cuidado a la persona mayor dependiente, destacando sus contribuciones a la atención integral y a la dignidad del paciente. Se trata de una investigación bibliográfica, cualitativa y descriptivo-exploratoria, realizada mediante una revisión integradora en las bases SciELO, LILACS, PubMed y BDENF. Los hallazgos demuestran que la humanización constituye un componente estructural del cuidado, integrando escucha activa, empatía y vínculo terapéutico. Se concluye que el enfermero desempeña un papel central en la atención humanizada, combinando conocimientos técnicos y relacionales.

Palabras clave: Envejecimiento poblacional, Humanización, Enfermería, Persona mayor dependiente.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, resultante do aumento da expectativa de vida e da redução das taxas de natalidade, que tem alterado de forma significativa a estrutura etária das sociedades contemporâneas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, entre 2015 e 2050, a proporção da população global com 60 anos ou mais deve quase dobrar, passando de 12 % para 22 % do total mundial, com mais de 2 bilhões de pessoas nessa faixa etária até meados do século XXI. Além disso, cerca de 80 % das pessoas idosas viverão em países de renda baixa ou média, intensificando demandas por serviços de saúde e suporte social (WHO, 2025).

No Brasil, esse processo também se manifesta de forma acelerada. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3 % em 2010 para 15,8 % em 2022, totalizando cerca de 32 milhões de pessoas idosas. Esses números indicam que o país está vivenciando uma transição demográfica que exige respostas organizacionais dos serviços de saúde, políticas públicas adequadas e práticas assistenciais alinhadas às necessidades dessa população (IBGE, 2022).

Além do crescimento numérico da população idosa, torna-se necessário compreender que o envelhecimento é um processo complexo, influenciado por fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos e culturais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que o envelhecimento saudável não consiste apenas na ausência de doenças, mas na manutenção da capacidade funcional e da autonomia, permitindo que a pessoa idosa participe ativamente da sociedade e desfrute de qualidade de vida pelo maior tempo possível (WHO, 2020).

No Brasil, a proteção dos direitos da pessoa idosa é assegurada pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa, que estabelece direitos fundamentais relacionados à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O Estatuto reforça que a pessoa idosa deve receber atenção integral à saúde, por meio de ações preventivas, assistenciais e de reabilitação, garantindo atendimento humanizado e prioritário nos serviços de saúde (BRASIL, 2003). Além disso, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) orienta que a assistência seja desenvolvida de forma integral, interdisciplinar e voltada para a preservação da capacidade funcional, fortalecendo a autonomia e a independência desse grupo populacional (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre o papel do enfermeiro no cuidado à pessoa idosa dependente, especialmente sob uma perspectiva humanizada. A pessoa idosa dependente é aquela que, por limitações físicas, cognitivas ou emocionais, necessita de apoio contínuo para realizar atividades básicas da vida diária (AVDs), como higiene, alimentação, mobilidade e medicação. Essa condição impõe desafios significativos tanto para a família quanto para os profissionais de saúde, que devem estar capacitados para atuar com sensibilidade, escuta ativa e respeito à autonomia do paciente.

Segundo Ayres (2009), o cuidado em saúde deve ser compreendido como um encontro entre sujeitos, no qual os conhecimentos técnico-científicos são articulados às dimensões éticas, relacionais e humanas do processo assistencial. Nessa perspectiva, a produção do cuidado ultrapassa a execução de procedimentos, valorizando o diálogo, o vínculo, a corresponsabilidade e o respeito à singularidade de cada indivíduo.

O trabalho humanizado do enfermeiro implica reconhecer a pessoa idosa como sujeito histórico, dotado de valores, experiências e necessidades singulares. Essa abordagem busca romper com práticas mecanicistas e impessoais comumente presentes no atendimento institucionalizado, promovendo um cuidado mais integral, centrado na dignidade e no

bem-estar do paciente. Merhy e Franco (2023) destacam que a humanização não se limita a um adorno do cuidado, mas constitui um componente estrutural que deve permear todas as dimensões do processo de trabalho em saúde.

Estudos recentes indicam que a humanização do cuidado está associada à melhora de desfechos clínicos, redução da ansiedade e da dor, maior adesão ao tratamento e maior satisfação do paciente e de sua família (Santos et al., 2021; Oliveira & Almeida, 2022). No contexto do cuidado à pessoa idosa dependente, esses benefícios são ainda mais evidentes, uma vez que esse público tende a enfrentar sentimentos de vulnerabilidade, isolamento e perda de autonomia, exigindo um cuidado acolhedor, empático e respeitoso.

Além disso, a formação profissional desempenha papel fundamental na consolidação de práticas humanizadas. A educação permanente da equipe de enfermagem favorece o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e relacionais indispensáveis para o cuidado à pessoa idosa dependente. A reflexão crítica sobre os valores que permeiam o processo de cuidar contribui para a construção de vínculos terapêuticos, para a comunicação qualificada e para a valorização da dignidade humana. Nesse sentido, Boff (1999) compreende o cuidado como uma atitude ética de responsabilidade, zelo e compromisso com o outro, enquanto Freire (1996) ressalta que toda prática de cuidado deve ser fundamentada no respeito, no diálogo e na valorização da autonomia das pessoas.

O cuidado humanizado à pessoa idosa dependente não se limita à execução de procedimentos técnicos, mas requer escuta ativa, empatia, acolhimento e respeito à individualidade, aos valores e à história de vida dessa pessoa. A Política Nacional de Humanização (PNH), criada pelo Ministério da Saúde (2004), reforça a importância do vínculo entre profissional e paciente e a valorização do sujeito no processo de cuidado. No entanto, na prática cotidiana dos serviços de saúde, ainda é possível identificar lacunas na aplicabilidade desses princípios, especialmente no atendimento de pessoas idosas dependentes, que muitas vezes são alvo de práticas mecanizadas e despersonalizadas.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de fortalecer práticas assistenciais que integrem competência técnico-científica e sensibilidade humana. O cuidado de enfermagem à pessoa idosa dependente deve considerar não apenas as necessidades biológicas, mas também os aspectos emocionais, sociais, culturais e familiares que influenciam diretamente sua saúde e qualidade de vida. Assim, a humanização configura-se

como elemento essencial para a construção de uma assistência integral, ética e centrada na pessoa.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de reflexão crítica sobre a prática assistencial do enfermeiro frente à pessoa idosa em situação de dependência, seja no contexto hospitalar, institucional ou domiciliar. Ao compreender os desafios enfrentados pelos profissionais e identificar estratégias que favoreçam a humanização do cuidado, este trabalho pode contribuir para o aprimoramento da formação, sensibilização e atuação do enfermeiro e da equipe de enfermagem.

Portanto, a presente pesquisa mostra-se relevante ao propor uma análise sobre o trabalho humanizado do enfermeiro no cuidado à pessoa idosa dependente, considerando sua importância social, científica e ética. Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento da formação profissional, para a qualificação da assistência de enfermagem e para o desenvolvimento de práticas de cuidado cada vez mais humanizadas, colaborando também com a implementação das políticas públicas voltadas à saúde da pessoa idosa e com a promoção de uma assistência centrada na dignidade, na autonomia e na qualidade de vida dessa população.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura (Gil, 2010). A condução da revisão integrativa seguiu sete etapas estruturadas:

- a) Definição da pergunta norteadora e dos objetivos do estudo;
- b) Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão: foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis na íntegra nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem o cuidado de enfermagem à pessoa idosa dependente sob a ótica da humanização; excluíram-se duplicatas, resumos de eventos e textos sem alinhamento direto;
- c) Busca sistemática nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e BDENF utilizando os descritores “idoso dependente”, “cuidado humanizado”, “enfermagem geriátrica” e “assistência de enfermagem”;
- d) Seleção e triagem dos estudos por meio de leitura detalhada de títulos, resumos e textos na íntegra;
- e) Extração e categorização dos dados relevantes;

- f) Análise crítica e interpretação temática dos resultados;
- g) Apresentação sistemática e discussão fundamentada dos achados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de envelhecimento populacional representa uma das transformações demográficas mais significativas do mundo contemporâneo. À medida que a expectativa de vida aumenta e as taxas de natalidade diminuem, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais cresce de forma acelerada, colocando desafios relevantes para os sistemas de saúde, políticas públicas e práticas assistenciais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2025), estima-se que, até 2050, mais de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo terão 60 anos ou mais, o que exige respostas organizadas e humanizadas por parte dos serviços de saúde.

No contexto brasileiro, o envelhecimento populacional também é um fenômeno emergente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) mostram que a proporção de pessoas idosas passou de 11,3% em 2010 para 15,8% em 2022, aproximando-se de níveis observados em países desenvolvidos. Essa transição demográfica tem implicações diretas na demanda por cuidados de saúde, uma vez que o envelhecimento está associado ao aumento da prevalência de doenças crônicas, limitações funcionais e necessidade de apoio para a realização das atividades básicas da vida diária (AVDs). Tais demandas exigem ações integradas que ultrapassem a assistência técnica tradicional e contemplem dimensões emocionais, sociais e culturais do processo saúde-doença.

O envelhecimento populacional não deve ser entendido apenas como aumento da longevidade, mas também como um fenômeno social que envolve condições de vida, desigualdades, determinantes sociais e contextos que influenciam a saúde. A promoção da saúde das pessoas idosas requer abordagens que considerem fatores como renda, educação, condições de moradia, acesso a serviços básicos e suporte social, de modo a promover qualidade de vida e envelhecimento ativo. No Brasil, a desigualdade socioeconômica acentua a vulnerabilidade de muitas pessoas idosas, agravando problemas de saúde e limitando o acesso a cuidados humanizados.

Nesse contexto, a atenção à pessoa idosa dependente desponta como um campo essencial de atuação da enfermagem. A dependência funcional caracteriza-se pela necessidade de auxílio contínuo para a realização de AVDs, como higiene pessoal, alimentação, locomoção e administração de medicamentos. Essa condição impõe desafios consideráveis

para as famílias e para os profissionais de saúde, que precisam responder com sensibilidade, escuta ativa, empatia e respeito à autonomia da pessoa idosa.

A humanização no cuidado à pessoa idosa dependente envolve o reconhecimento de que o cuidado não se resume à execução de procedimentos técnicos, mas constitui um encontro entre sujeitos. Nesse sentido, Ayres (2024) destaca que a técnica deve ser articulada com o vínculo e a ética da alteridade, reconhecendo o sujeito como portador de valores, história de vida e necessidades singulares. Essa perspectiva amplia o entendimento do cuidado, sublinhando sua dimensão relacional e subjetiva.

O enfermeiro, ao atuar com foco na humanização, assume o compromisso de promover um cuidado que valorize a dignidade, o bem-estar e a autonomia da pessoa idosa. Merhy e Franco (2023) ressaltam que a humanização não é um aspecto acessório, mas um elemento estrutural que deve perpassar todas as dimensões do processo de trabalho em saúde. Essa abordagem rompe com práticas mecanicistas e impessoais comumente presentes no atendimento institucionalizado e propõe um cuidado mais integral, centrado nas necessidades biopsicossociais do sujeito.

Estudos contemporâneos confirmam que o cuidado humanizado contribui para resultados clínicos mais favoráveis, como redução da ansiedade, da dor e maior adesão ao tratamento, além de aumento da satisfação do paciente e de seus familiares (Santos et al., 2021; Oliveira & Almeida, 2022). Em especial, no cuidado à pessoa idosa dependente, a humanização evidencia-se como uma estratégia capaz de reduzir sentimentos de fragilidade, isolamento e perda de autonomia, promovendo uma experiência assistencial mais acolhedora e eficaz.

A formação profissional constitui fator decisivo para a promoção da humanização no cuidado de enfermagem. A capacitação contínua dos profissionais, aliada à reflexão crítica sobre valores, atitudes e práticas assistenciais, favorece a construção de vínculos e a promoção de uma assistência ética e afetiva. Autores como Boff (1999) e Freire (1996) reforçam que o ato de cuidar é um compromisso ético e amoroso, que ultrapassa a simples aplicação de técnicas e envolve a transformação das relações sociais no cuidado em saúde.

A Política Nacional de Humanização (PNH), instituída pelo Ministério da Saúde (2004), reforça a importância do vínculo entre profissionais de saúde e pessoas assistidas, enfatizando a valorização do sujeito no processo de cuidado. Apesar de sua relevância, a

implementação efetiva dos preceitos da PNH ainda enfrenta lacunas na prática cotidiana dos serviços de saúde, em especial no atendimento à pessoa idosa dependente, muitas vezes caracterizado por práticas mecanizadas e despersonalizadas.

A análise da literatura científica evidencia que o envelhecimento populacional coloca desafios significativos aos sistemas de saúde, exigindo práticas assistenciais e políticas públicas alinhadas às necessidades de uma população cada vez mais longeva e dependente funcionalmente. Os modelos tradicionais de cuidado centrados apenas em procedimentos técnicos revelam-se insuficientes frente à complexidade biopsicossocial que caracteriza o envelhecer, sobretudo quando há dependência para AVDs.

A literatura destaca que práticas humanizadas de atenção à pessoa idosa dependente são capazes de promover desfechos mais favoráveis, como maior adesão terapêutica, redução de sintomas psíquicos (como ansiedade e medo), maior satisfação dos usuários e melhoria da qualidade de vida. Esses efeitos são especialmente importantes quando se considera que muitas pessoas idosas se encontram em situação de isolamento social, fragilidade funcional e maior vulnerabilidade diante de eventos de saúde.

Além disso, os desafios enfrentados pela equipe de enfermagem, tais como sobrecarga de trabalho, limitações de recursos, falta de capacitação específica e barreiras organizacionais, representam obstáculos à implementação de práticas humanizadas. No entanto, essas dificuldades também sinalizam oportunidades para inovação, qualificação e reorganização dos processos de trabalho no contexto dos serviços de saúde.

A integração entre as diretrizes das políticas públicas — como a PNH e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) — e a prática assistencial requer esforços continuados de qualificação profissional, revisão de protocolos, fortalecimento da gestão participativa e estímulo à intersetorialidade. A adoção de estratégias interdisciplinares, o investimento em educação permanente e a promoção de ambientes que favoreçam a escuta ativa e o respeito à individualidade são medidas que podem contribuir para reduzir as lacunas observadas entre teoria e prática.

Nesse sentido, o enfermeiro desempenha papel central na operacionalização das práticas de humanização, ao articular conhecimentos técnicos, habilidades comunicativas e sensibilidade ética, promovendo um cuidado integral que respeite os direitos, valores e experiências de vida da pessoa idosa. A discussão acadêmica e a produção científica apontam

que o aprimoramento das práticas do enfermeiro e da equipe de enfermagem no cuidado à pessoa idosa dependente não só favorece melhores resultados clínicos, mas também reforça a função social da enfermagem como atividade ética, política e humanizadora.

A análise dos dados demográficos referentes à população brasileira com 60 anos ou mais entre os anos de 2020 e 2025 revela uma tendência contínua de crescimento da proporção de pessoas idosas no país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população idosa brasileira passou de aproximadamente 30,1 milhões em 2020 para 32,1 milhões em 2022, representando cerca de 15,6% da população total, conforme os resultados do Censo Demográfico de 2022. Em seguida, as estimativas demográficas indicam que esse contingente continuará crescendo, alcançando cerca de 34 milhões de pessoas idosas em 2024 e aproximadamente 34,4 milhões em 2025. Essa evolução pode ser observada na Tabela 1, elaborada com base nos dados do IBGE.

Tabela 1. População Brasileira com 60 anos ou mais (2020-2025).

 **Tabela – População Brasileira com 60 anos ou mais (segundo IBGE)**

Ano	População idosa (60 anos ou mais)	% da população total
2020	~30,1 milhões	~14,3 % estimado rebec.org.br
2021	~31,2 milhões (estimado)	~14,7 % estimado Agência de Notí...
2022	32,1 milhões (Censo IBGE)	15,6 % Agência de Notí...
2023	~33,0 milhões (estimado)	15,6 % Agência de Notí...
2024	~34,1 milhões (estimado)	~16,0 % estimado Agência de Notí...
2025	~34,4 milhões (projeção IBGE)	~16,1 % estimado FIPE Downloads

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE EM DADOS DO IBGE (2023, 2025).

A análise dos dados demográficos referentes à população brasileira com 60 anos ou mais entre os anos de 2020 e 2025 revela uma tendência contínua de crescimento da proporção de pessoas idosas no país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população idosa brasileira passou de aproximadamente 30,1

milhões em 2020 para 32,1 milhões em 2022, representando cerca de 15,6 % da população total, conforme os resultados do Censo Demográfico de 2022. Em seguida, as estimativas demográficas projetam que esse contingente continuará a crescer, atingindo cerca de 34,4 milhões de pessoas idosas em 2025, com participação populacional estimada em 16,1 %.

O gráfico de evolução anual construído com base nesses dados ilustra claramente essa tendência de crescimento constante no número absoluto de pessoas idosas ao longo dos seis anos analisados. Esta progressão demográfica reflete diretamente o processo de transição epidemiológica e demográfica que caracteriza o Brasil contemporâneo, marcado pelo aumento da expectativa de vida e pela redução das taxas de fecundidade, conforme observado por Minayo (2012) e pela Organização Mundial da Saúde (2025). Esses autores apontam que o envelhecimento populacional não representa apenas um fenômeno estatístico, mas implica profundas transformações nos padrões de morbidade, mortalidade e nas demandas por serviços de saúde.

A tendência crescente da população idosa brasileira tem repercussões importantes para a organização do sistema de saúde e para as práticas assistenciais, especialmente no que tange à necessidade de cuidado humanizado. A literatura destaca que o envelhecimento decorre não apenas de avanços biotecnológicos e melhorias nas condições de vida, mas também de desigualdades sociais que influenciam a saúde ao longo do ciclo de vida (Minayo, 2012). Isso significa que, à medida que a população idosa aumenta, também cresce a complexidade dos problemas de saúde enfrentados, incluindo maior prevalência de doenças crônicas, fragilidades funcionais e dependência para atividades básicas da vida diária.

Nesse sentido, a atuação da enfermagem se torna cada vez mais estratégica. A humanização no cuidado à pessoa idosa dependente — que vai além das práticas técnicas para incluir escuta ativa, empatia e vinculação afetiva — se mostra não apenas desejável, mas necessária para responder às demandas ampliadas decorrentes do envelhecimento populacional (Ayres, 2024). A literatura aponta que uma abordagem humanizada está associada a melhores desfechos clínicos, como aumento da adesão ao tratamento, redução da ansiedade e da dor, e melhoria da satisfação do paciente e de seus familiares (Santos et al., 2021; Oliveira & Almeida, 2022).

A integração entre as diretrizes das políticas públicas, como a Política Nacional de Humanização (PNH) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), e a prática assistencial requer esforços contínuos de qualificação profissional, revisão de protocolos,

fortalecimento da gestão participativa e incentivo à intersetorialidade. A adoção de estratégias interdisciplinares, o investimento em educação permanente e a promoção de ambientes que favoreçam a escuta qualificada, o acolhimento e o respeito à individualidade constituem medidas fundamentais para reduzir as lacunas existentes entre as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas e sua efetiva implementação nos serviços de saúde (BRASIL, 2013; BRASIL, 2018).

Nesse sentido, o enfermeiro desempenha papel central na operacionalização das práticas de humanização, ao articular conhecimentos técnico-científicos, habilidades comunicativas e sensibilidade ética, promovendo um cuidado integral que respeite os direitos, os valores, as crenças e as experiências de vida da pessoa idosa. A literatura demonstra que o aprimoramento das práticas de enfermagem no cuidado à pessoa idosa dependente favorece não apenas melhores desfechos clínicos, mas também fortalece a autonomia, o vínculo terapêutico e a qualidade da assistência, reafirmando a função social da enfermagem como prática ética, humanizada e comprometida com a integralidade do cuidado (AYRES, 2009; BOFF, 1999).

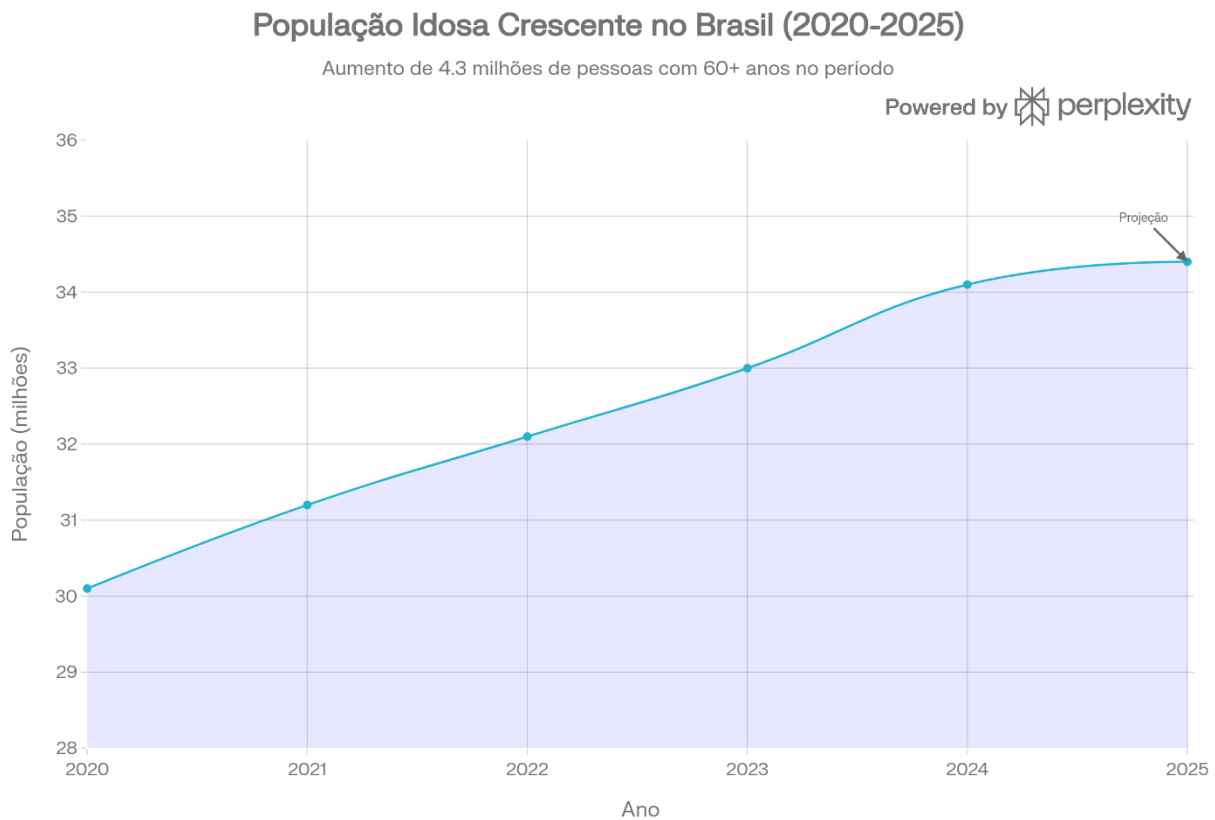
A análise dos dados demográficos referentes à população brasileira com 60 anos ou mais entre os anos de 2020 e 2025 revela uma tendência contínua de crescimento desse grupo populacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa passou de aproximadamente 30,1 milhões em 2020 para cerca de 32,1 milhões em 2022, correspondendo a aproximadamente 15,8% da população brasileira, conforme os resultados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022).

Conforme apresentado na Tabela 1, observa-se que a população idosa mantém trajetória ascendente ao longo do período analisado, com projeções indicando aproximadamente 34,4 milhões de pessoas com 60 anos ou mais em 2025. O Gráfico 1 ilustra essa evolução, evidenciando o avanço do processo de envelhecimento populacional brasileiro. Esse cenário reflete a transição demográfica e epidemiológica vivenciada pelo país, caracterizada pelo aumento da expectativa de vida e pela redução das taxas de fecundidade, fatores que modificam significativamente a estrutura etária da população.

A tendência crescente da população idosa brasileira produz importantes repercussões para a organização dos serviços de saúde e para as práticas assistenciais, especialmente no que se refere à necessidade de um cuidado humanizado e integral. O envelhecimento é influenciado não apenas por fatores biológicos, mas também por determinantes sociais,

econômicos, culturais e ambientais que interferem diretamente nas condições de saúde ao longo da vida. Dessa forma, o aumento da população idosa está acompanhado de maior prevalência de doenças crônicas, síndromes geriátricas, fragilidade, limitações funcionais e dependência para a realização das atividades básicas da vida diária, exigindo respostas cada vez mais qualificadas dos serviços de saúde (BRASIL, 2006; WHO, 2020).

Nesse contexto, a atuação da enfermagem torna-se cada vez mais estratégica. A humanização do cuidado à pessoa idosa dependente — compreendida como uma prática que ultrapassa a execução de procedimentos técnicos e incorpora acolhimento, escuta ativa, empatia, respeito à autonomia e construção de vínculos — mostra-se essencial para responder às demandas decorrentes do envelhecimento populacional. Evidências científicas demonstram que práticas assistenciais humanizadas estão associadas à maior adesão ao tratamento, redução da ansiedade e do sofrimento, melhoria da comunicação entre profissionais, pacientes e familiares, além de maior satisfação dos usuários com os serviços de saúde (SANTOS et al., 2021).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

A trajetória ascendente evidenciada pelo gráfico reforça a necessidade de intensificar as ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e qualificação dos serviços destinados à

população idosa. O crescimento desse grupo populacional exige que os serviços de saúde estejam preparados para oferecer uma assistência integral, contínua e humanizada, capaz de responder às demandas decorrentes do envelhecimento e da maior prevalência de condições crônicas e limitações funcionais. Nessa perspectiva, a humanização deve ser compreendida como um componente estruturante do processo de trabalho em saúde, permeando desde a organização dos serviços até as relações estabelecidas entre profissionais, usuários e familiares (MERHY; FRANCO, 2014).

Esse cenário evidencia a necessidade de investimentos permanentes na qualificação dos profissionais de saúde, na educação permanente das equipes e no desenvolvimento de competências que possibilitem uma abordagem integral da pessoa idosa. Além do domínio técnico-científico, o enfermeiro deve desenvolver habilidades relacionadas à comunicação, ao acolhimento, à escuta qualificada e ao estabelecimento de vínculos terapêuticos, reconhecendo a pessoa idosa como sujeito de direitos e protagonista do seu processo de cuidado (AYRES, 2009; BOFF, 1999).

A implementação das políticas públicas voltadas à humanização da assistência constitui elemento fundamental para o fortalecimento dessas práticas. A Política Nacional de Humanização (PNH) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) estabelecem diretrizes que valorizam a integralidade do cuidado, a participação social, o trabalho interdisciplinar e a corresponsabilização entre profissionais, usuários e gestores. Entretanto, diversos estudos apontam que ainda existem desafios relacionados à efetivação desses princípios no cotidiano dos serviços de saúde, especialmente diante do aumento da demanda assistencial e das limitações estruturais enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2013; BRASIL, 2018; MINAYO, 2012).

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume papel estratégico por constituir o primeiro nível de atenção do Sistema Único de Saúde e o principal espaço para o acompanhamento longitudinal da pessoa idosa. O enfermeiro destaca-se como profissional responsável pela coordenação do cuidado, realizando consultas de enfermagem, avaliação multidimensional, visitas domiciliares, educação em saúde, acompanhamento das doenças crônicas e elaboração de planos terapêuticos individualizados. Essas ações permitem identificar precocemente fatores de risco, prevenir incapacidades, promover a autonomia e fortalecer a capacidade funcional da pessoa idosa (BRASIL, 2006; BRASIL, 2017; COFEN, 2024).

As visitas domiciliares representam uma importante estratégia de humanização do cuidado, pois possibilitam ao enfermeiro conhecer a realidade social, econômica e familiar da pessoa idosa dependente. Esse acompanhamento favorece a identificação de fatores de vulnerabilidade, orienta familiares e cuidadores quanto aos cuidados diários, promove adaptações no ambiente domiciliar para prevenção de quedas e fortalece o vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade, contribuindo para maior adesão ao tratamento e melhoria da qualidade de vida.

Diante desse panorama, torna-se evidente que o crescimento da população idosa impõe novos desafios à organização dos serviços de saúde e à prática da enfermagem. Mais do que ampliar a oferta de serviços, é necessário qualificar o cuidado prestado, incorporando princípios de acolhimento, empatia, respeito à autonomia e valorização da história de vida da pessoa idosa. Assim, o enfermeiro consolida-se como protagonista na construção de práticas assistenciais humanizadas, capazes de promover cuidado integral, dignidade e qualidade de vida às pessoas idosas em situação de dependência.

4 CONCLUSÃO

O envelhecimento populacional representa uma das transformações demográficas mais expressivas da contemporaneidade, tanto em âmbito mundial quanto no Brasil. A análise dos dados demográficos de 2020 a 2025 revela um crescimento contínuo da proporção de pessoas com 60 anos ou mais na população brasileira, tendência que se reflete globalmente e impõe desafios significativos aos sistemas de saúde, às políticas públicas e às práticas assistenciais.

Esse processo demográfico evidencia a necessidade de reorientação das práticas de cuidado, especialmente no contexto da atenção à pessoa idosa dependente. A presença de condições crônicas, limitações funcionais e maior incidência de dependência para as atividades da vida diária exige respostas assistenciais que transcendam a dimensão técnica e incorporem princípios de humanização. Tal necessidade está alinhada ao que defendem Ayres (2024), ao enfatizar o cuidado como encontro entre sujeitos, e Merhy e Franco (2023), ao entender a humanização como elemento estrutural do trabalho em saúde.

O papel do enfermeiro, nesse cenário, torna-se central, não apenas pela proximidade no cuidado direto, mas também pela capacidade de articular ações que valorizem a dignidade, a escuta ativa, a empatia e o vínculo com a pessoa idosa e sua família. Essa atuação vai além da execução de procedimentos técnicos e exige competências que integrem saberes

científicos, éticos e relacionais, favorecendo experiências de cuidado mais significativas e eficazes.

A discussão sobre as tendências demográficas enfatiza que a humanização do cuidado não deve ser considerada um aspecto acessório, mas um componente essencial da prática profissional e da organização dos serviços de saúde. A literatura evidencia que práticas humanizadas trazem benefícios clínicos, como maior adesão ao tratamento, redução de ansiedade e melhoria da qualidade de vida, reforçando a necessidade de incorporar esses princípios de forma sistemática nas ações de enfermagem.

Ainda que políticas públicas como a Política Nacional de Humanização e a Política Nacional de Promoção da Saúde indiquem diretrizes importantes para a atenção integral e humanizada, persistem desafios na sua implementação concreta nos serviços de saúde. A superação desses desafios depende de investimentos contínuos em formação profissional, organização dos processos de trabalho, apoio institucional e integração intersetorial.

Assim, este estudo reafirma a importância de uma abordagem de cuidado que considere as singularidades da pessoa idosa, promovendo práticas que respeitem sua autonomia, história de vida e subjetividade. A atuação do enfermeiro no cuidado humanizado à pessoa idosa dependente deve ser compreendida como elemento estratégico para a promoção de saúde integral e da qualidade de vida, respondendo de forma mais eficaz às demandas apresentadas por uma população que envelhece de maneira contínua e acelerada.

Dessa forma, conclui-se que a humanização do cuidado no contexto do envelhecimento populacional não é apenas uma necessidade prática, mas uma responsabilidade ética e social que deve ser continuamente fortalecida por meio de políticas públicas, educação permanente e compromisso profissional da equipe de enfermagem.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 73-92, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/kDV6gpvVPFccTRH4pJrwdbH/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2026.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. *Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (HumanizaSUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia Saúde da Família e cobertura da Atenção Primária à Saúde no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/esf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório de indicadores da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Guia de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde. Brasília: COFEN, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/guia-enfermagem-atencao-primaria-saude/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Práticas de enfermagem no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS): estudo nacional de métodos mistos – relatório final. Brasília: COFEN; Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-Final-Web-1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

DATASUS. Cobertura das Equipes de Saúde da Família no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://dadosabertos.tce.go.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Elizabete Viana; PY, Lígia (org.). Tratado de Geriatria e Gerontologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. São Paulo: EPU, 1979.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: população por idade e sexo – resultados do universo. Rio de Janeiro:

IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população do Brasil e das unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2026.

MENDES, F. R. et al. Humanização da assistência ao idoso em instituições de longa permanência: desafios para a enfermagem. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-10, 2021.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 208-209, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/kDV6gpvVPFccTRH4pJrwdBH/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2026.

OLIVEIRA, D. M.; ALMEIDA, M. A. Percepção de idosos sobre o cuidado humanizado em instituição de longa permanência. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 12, e4207, 2022.

SANTOS, J. F. et al. Humanização no cuidado de enfermagem ao idoso dependente: revisão integrativa da literatura. *Enfermagem Atual*, v. 95, n. 33, p. 1-8, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Decade of Healthy Ageing: 2021–2030*. Geneva: World Health Organization, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Ageing and health*. Geneva: World Health Organization, 2025. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>. Acesso em: 1 fev. 2026.